



<https://doi.org/10.51880/ho.v24i2.1161>



Imigrantes no esporte olímpico brasileiro: protagonismo e identidade

William Douglas de Almeida*

ORCID iD 0000-0001-9838-0934

Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, Brasil

Katia Rubio*

ORCID iD 0000-0002-5632-6494

Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, Brasil

Resumo: Desde a primeira participação em Jogos Olímpicos de Verão, o Brasil foi representado por 52 atletas que nasceram em outros países, mas se tornaram brasileiros por fatores hereditários ou por naturalização. A migração desses indivíduos está relacionada não apenas ao esporte, mas a um movimento social que dialoga com diversos outros componentes sociais. Este trabalho tem como objetivo apresentar parte das trajetórias desses sujeitos, destacando a relevância que eles tiveram para o esporte olímpico brasileiro e discutir a relevância do esporte no processo de construção de identidade dos atletas. Como metodologia, optou-se por trabalhar com Narrativas Biográficas, um trabalho derivado da história oral, mas que permite aos sujeitos destacar os principais pontos de suas vidas. Como resultados, nota-se que a migração de esportistas é um fenômeno global, intensificado nos últimos anos, mas que não ocorre de maneira isolada das migrações de outros indivíduos.

Palavras-chave: Identidade étnica. Migração. Atletas olímpicos brasileiros. Transnacionalismo. Naturalização.

* Doutor em Ciências pela Escola de Educação Física e Esportes da Universidade de São Paulo (USP), jornalista pela Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista (Unesp), pós-doutorando na Faculdade de Educação da USP. E-mail: jornalismo_william@yahoo.com.br.

* Livre-docente pela Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (USP), doutora em Educação e mestre em Educação Física pela USP, graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e graduada em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero (FCL). Professora associada da Faculdade de Educação da USP. E-mail: katrubio@usp.br.

Immigrants in Brazilian Olympic sport: protagonism and identity

Abstract: Since the first participation in the Summer Olympic Games, 52 athletes born in other countries represented Brazil and became Brazilians due to hereditary factors or naturalization. The migration of these individuals is related not only to sports but to a social movement that dialogues with several other social components. This work aims to present part of the trajectories of these individuals, highlighting the relevance they had for the Brazilian Olympic sport and discusses the relevance of the sport in the process of identity construction of athletes. As a methodology, we chose to work with Biographical Narratives, a work derived from oral history, but which allows the interviewee to highlight the main points of their lives. As a result, it is notable that the migration of sportspeople is a global phenomenon, intensified in recent years, yet it does not occur in isolation from the migration of other individuals.

Keywords: Ethnic identity. Migration. Brazilian olympic athletes. Transnationalism. Naturalization.

Introdução: uma história centenária

A história da representação brasileira nos Jogos Olímpicos começa em 1920, nos Jogos em Antuérpia. A delegação do país foi composta por 21 atletas. Um deles, Sebastião Wolf, do tiro esportivo, nascido na Alemanha. Ele foi o primeiro de 52 esportistas oriundos de outros países que representaram o Brasil no principal evento esportivo mundial, até 2016. O dado chama atenção porque a legislação brasileira tem como premissa básica para a concessão de cidadania o critério do *jus soli*, ou seja, aqueles nascidos no território do país são considerados brasileiros. No último século, o Brasil teve diferentes legislações sobre o tema, abrindo possibilidades para que filhos de brasileiros nascidos no exterior conseguissem a nacionalidade de maneira pouco burocrática. O sistema *jus sanguini*, que tem fatores ancestrais como ponto central da concessão de cidadania, é adotado em diversos outros países. Apesar da premissa pelo *jus soli*, é possível considerar que o Brasil, atualmente, adota um modelo misto.

Mais importante que uma mera discussão técnica sobre a nacionalidade é a compreensão do papel que tiveram no esporte brasileiro pessoas nascidas em território estrangeiro e que chegaram a representar o país em edições olímpicas – a presença de migrantes internacionais na delegação brasileira é uma constante. Em 1964 houve um pico, com seis atletas. Outro pico foi em 2016, quando o Brasil teve 24 atletas nascidos em território estrangeiro em sua delegação.

Devido à aceitação da ancestralidade como critério de concessão de nacionalidade civil, 21 atletas desse grupo são considerados brasileiros natos, sendo os demais naturalizados. Ao reunir esses perfis diferentes em apenas um grupo, é preciso adotar uma nomenclatura que não seja excludente, por isso, o termo “migrantes internacionais” apresenta-se como o mais adequado, tendo em vista que, por nascerem em um país e representarem outro em competição olímpica, evidencia-se que, em algum momento

da vida, esses indivíduos passaram por um processo migratório.

Um estudo sobre trajetórias e construções identitárias envolve diversos aspectos. É preciso atentar-se para quais são as modalidades praticadas e as mudanças culturais que essas pessoas passaram para se tornarem atletas olímpicos brasileiros, buscando a compreensão do fenômeno da migração e não se limitando ao esporte. Esses sujeitos seguem padrões migratórios? As migrações relacionam-se com outras áreas, seja no trabalho, ou condições socioeconômicas? Há outros migrantes que fizeram uma trajetória parecida? Qual o impacto que eles causaram no esporte brasileiro?

A nacionalidade civil e a nacionalidade esportiva estão conectadas, mas são diferentes. Em geral, no esporte há a figura da unicidade da nacionalidade – ou seja, um atleta só pode representar uma nação em uma competição. Há critérios que permitem a troca de nacionalidade esportiva, mas, geralmente, os atletas que se submetem a eles passam por períodos de quarentena ou de afastamento de eventos internacionais.

Tendo em vista o grande número de atletas, e a importância que eles tiveram para o esporte nacional, este artigo tem como objetivo discutir a construção de trajetórias e a formação da identidade brasileira nesses indivíduos. Há uma relação intrínseca entre a participação olímpica e a representação nacional.

Esporte, um fenômeno identitário

MacAloon (2008, 2010) descreve que eventos como os Jogos Olímpicos trabalham com diferentes recortes identitários. Em algumas situações, como na competição em si, o que está em destaque é a identidade individual do atleta. Em outros momentos, o fator principal é identidade nacional – isso fica evidente em parte das cerimônias, hasteamento de bandeira e celebrações de pódios, que são permeadas por símbolos nacionais. O autor cita a existência de instantes de congraçamento universal, sendo que a cerimônia de encerramento, com os atletas entrando todos no estádio juntos, é o ápice dessa celebração.

Houlihan (2010) destaca que o Estado-Nação é o principal ponto de referência para o esporte internacional e que, apesar de a linguagem do esporte carregar elementos universalistas, o modo como ele é encarado em diferentes sociedades é distinto. Isso explica porque alguns países pouco se importam com as origens dos atletas e os contratam para a participação em grandes eventos, enquanto em outros as naturalizações são um tabu.

Tendo em vista a complexidade de um tema como a construção de identidades, é preciso dialogar também com autores que não trabalham especificamente com o esporte. Anderson (2008) apresenta o conceito de comunidades imaginadas, evidenciando que o sentimento de pertencimento a um grupo é primitivo, mas também uma construção

social. Bauman (1999, 2008) aponta que, em tempos de liquidez, há uma fluidez e possibilidade de movimento que não ocorre de maneira uniforme para os cidadãos em todas as localidades: para alguns, é possível circular entre vários países com grande facilidade, tendo em vista que as maiores barreiras não são mais impostas pela distância física, mas por construções sociais, como a aceitação de passaportes e necessidade ou não de vistos. Além disso, devido aos diferentes critérios de concessão de nacionalidade civil, hoje é possível, para alguns, possuir diversas nacionalidades desde o instante do nascimento. Mas as localidades também passam por mudanças, então temos atletas que nasceram em países como a União Soviética, que foi fragmentada, dando origem a sujeitos que viram a “nação” na qual nasceram deixar de existir. Tudo isso interfere no modo como se enxerga e constrói os conceitos de identidade.

Hall (2003, 2006, 2012) discorre sobre o sujeito em tempos de diáspora e identidades híbridas, que não estão ligadas a apenas um local, mas que são reconstruídas a cada mudança. Essa diáspora ocorre de diferentes maneiras em velocidades distintas. Há um hibridismo, muitas vezes construído com base nos símbolos – e eventos esportivos como os Jogos Olímpicos são marcados por uma apropriação dos atletas dos símbolos nacionais, tais como cores, bandeiras e hinos.

A ligação entre esporte e representações nacionais não é novidade, vindo desde os tempos do Barão Pierre de Coubertin (1863-1937), que já defendia nas primeiras edições dos Jogos Olímpicos a presença de representantes de diversos locais e o uso de símbolos nacionais (Müller, 2000).

O tema das representações nacionais está presente nas edições atuais dos Jogos Olímpicos. Rowe (2003, 2009) destaca que a conexão entre atletas e países é um dos sustentáculos do discurso midiático – segundo o autor, a mídia não constrói a questão das representações nacionais, mas as utiliza para cativar as audiências.

Jansen (2018) constata que a partir dos anos 1990 há um crescimento no número de atletas que mudam de cidadania para disputar o megaevento esportivo, mas que em Jogos Olímpicos o número total de atletas que trocaram de cidadania varia entre 5 e 9% desde a Segunda Guerra Mundial. O autor relembra que alguns fatores, como o aumento no número de indivíduos com múltiplas cidadanias no mundo, contribuíram para a elevação nesse patamar a partir dos anos 1990, mas afirma que a compreensão dos motivos que levaram a essa expansão é complexa. Um equívoco que leva a constantes erros, de acordo com ele, é analisar a migração esportiva apenas pelo viés dos atletas que conquistaram resultados de destaque, deixando de lado um universo formado por diferentes variáveis.

Metodologia: a escuta dos protagonistas

Para que seja possível analisar a relevância desses atletas e como ocorreu o processo

de construção identitária deles como brasileiros, optou-se pelo uso da metodologia das narrativas biográficas, desenvolvida por Rubio (2014, 2015, 2016, 2017). Esse método se aproxima da história oral (Bosi, 1993, 1994; Ferraroti, 1983; Khoury, 2001; Meihy, 1994; Poirier; Clapier-Valladon; Raybaut, 1999; Sá, 2007), mas trabalha essencialmente com a memória (Halbwachs, 2006; Ricoeur, 2010). Não há uma busca pela confirmação de fatos ou dados, mas um aprofundamento na individualidade do sujeito, abrindo-se a um processo de escuta ativa. As entrevistas utilizadas para esse estudo compõe o banco de dados de um projeto que ao longo de duas décadas entrevistou aproximadamente 1,2 mil atletas que representaram o país nos Jogos Olímpicos de Verão. Importante destacar que não se trata de um censo ou *survey*, mas sim de uma pesquisa qualitativa que tem como disparador da interação entre os pesquisadores e os atletas o convite: “Por favor, me conte a sua história”.

Conforme aponta Bosi (1993, p. 277), muito mais do que qualquer fonte, o depoimento oral ou escrito necessita esforço de sistematização e claras coordenadas interpretativas. Le Goff (2003) diz que a falta de limites levou os historiadores das mentalidades a buscar uma aproximação com outras ciências humanas, como a demografia, que permite a quantificação de comportamentos; a etnologia, que busca o entendimento dos aspectos culturais relacionados com o fenômeno; a sociologia, para uma compreensão dos aspectos sociais envolvidos com o indivíduo; e a psicologia, para o entendimento das atitudes individuais e coletivas. Essas aproximações ganharam contornos claros após o contato com a narrativa de atletas de diferentes modalidades, períodos históricos e contextos sociais, distinguindo-os por aquilo que os singularizava, ou seja, suas histórias pessoais, porém aproximava-os quando se tratava das questões que marcavam suas histórias, como as dificuldades ou impedimentos em competições, fosse por questões de ordem política ou institucional. O entendimento dessas razões aflorava das narrativas mescladas de afetividade, o que favoreceu o reviver de lembranças quase sempre seguidas de expressões como “eu nunca tinha falado sobre isso” ou “eu não imaginei que pudesse me lembrar desses detalhes” ou ainda “eu nunca tinha contato isso a ninguém”.

A busca pelas histórias de vida deu-se pelo entendimento de que era preciso permitir que os atletas organizassem suas lembranças, trajetórias e memórias de forma a relatar não apenas os componentes objetivos dessa vivência, como as principais conquistas, as participações olímpicas, quem os influenciou, mas principalmente os componentes de ordem pessoal e subjetivos, carregados de afetividade e emoções de toda espécie. A associação entre essas duas instâncias traria as pistas necessárias para o entendimento da complexidade de uma pessoa que alia a condição de um nível de habilidade motora extraordinária à condição humana ordinária, que partilha das mesmas angústias e expectativas dos demais que vivem em sociedade (Rubio, 2014, 2017).

A realização de entrevistas biográficas mostrou-se um método eficiente, mas

possui limitações, sendo a mais evidente relacionada aos sujeitos falecidos. Nesse caso, foram utilizadas duas estratégias principais: a busca por familiares e por material de acervo, como documentos e jornais. A consulta a terceiros, ou a fontes que não os relatos orais, deve ser feita com rigor, uma vez que é preciso compreender que também se trata de narrativas e que passaram por uma construção – seja pelos familiares, ou por quem produziu os documentos.

Além dos números, as pessoas

Entre os 52 atletas abrangidos por este estudo, 27 não possuíam parentesco direto com brasileiros antes de migrarem, 20 são filhos de brasileiros (ambos, pai ou mãe), uma era neta de brasileira e quatro eram casados com brasileiros (um atleta, após migrar para o Brasil casou-se e teve a sua naturalização facilitada). O primeiro caso de filho de brasileiro nascido no exterior que esteve em Jogos Olímpicos pelo Brasil ocorreu em 1976, com o jogador de vôlei Suíço – apesar do apelido, ele nasceu no Uruguai. No Rio de Janeiro, em 2016, a maioria (16 de 24) era de brasileiros por fatores de ancestralidade.

Uma das explicações para tal fenômeno passa pela atual conjuntura, na qual o Brasil deixou de ser um país que apenas recebe pessoas e tornou-se uma nação com perfil emigratório a partir da década de 1990 (Farah, 2017). Com o movimento de saída mais acentuado, é natural que comecem a acontecer o retorno de algumas pessoas, ou de filhos desses migrantes.

O gráfico abaixo mostra a evolução e a comparação no número de migrantes internacionais na delegação olímpica do Brasil, apontando o número de atletas com ligações ancestrais e aqueles naturalizados mesmo sem familiares brasileiros ao migrar. A soma supera o número 52, pois alguns participaram de mais de uma edição olímpica.

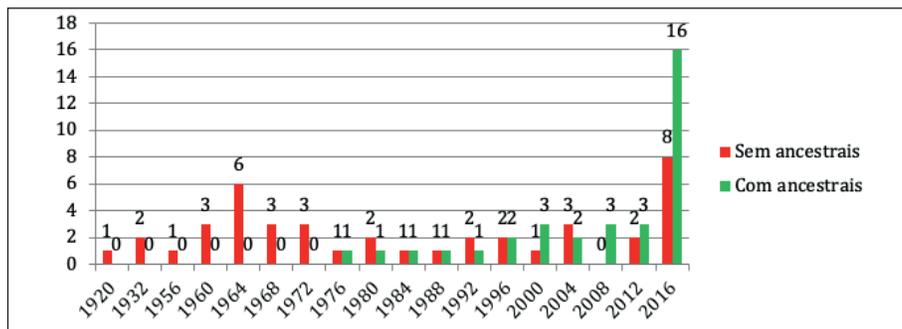


Gráfico 1 – Brasileiros nascidos em outros países e que representaram o Brasil em Jogos Olímpicos, com ou sem fatores hereditários.

A definição de critérios para naturalização civil no Brasil variou ao longo dos tempos. Nesse caso, debate-se não apenas o direito público, regido pela legislação do país, mas também o direito privado do Comitê Olímpico Internacional (COI), órgão que, por deter o poder de definição das regras e critérios para a disputa olímpica, pode vetar a troca ou adoção de nacionalidade de um atleta (ou submeter a definição a um de seus entes filiados, as federações internacionais). Pode-se indicar que a participação olímpica é uma conquista simbólica, que dá ao atleta o direito de representar uma nação. Essa conquista não passa exclusivamente por aspectos individuais e, mesmo se sentindo pertencente a uma nação, o atleta precisa passar por instâncias de poder para ser reconhecido como um representante daquele local.

A análise do quadro acima não é meramente quantitativa. Os aspectos sociais de cada movimento migratório, como a compreensão do contexto e da manutenção ou corte dos vínculos com o país de origem devem ser abordados, haja vista que:

As condições de migração dependem do significado e da importância daquilo que foi deixado para trás, da idade do migrante, do grupo que o acompanha, da voluntariedade, ou não, do movimento migratório, de sua liberdade ou imposição, da livre escolha, ou não, do local de destino, se foi abrupta ou existiu planejamento antecipatório, daquilo que pode ser levado para o novo sítio, da diferença entre a cultura de origem e a nova, da intensidade e tipo de ligação com o local de origem, incluindo ambiente físico, diferenças linguísticas e, também, receptividade do novo ambiente. (Montagna, 2017, p. 115).

Quando Montagna fala das diferenças culturais e daquilo que ficou para trás e foi levado, é possível fazer uma analogia com o esporte. No caso de alguns migrantes, a prática esportiva é anterior à migração – para outros, ela começa no Brasil, principalmente aqueles que migraram jovens.

Vinte dos 32 imigrantes que representaram o Brasil em Jogos Olímpicos entre 1920 e 2012 iniciaram a prática esportiva no Brasil. Outros 12 começaram no país de nascimento. Já no Rio de Janeiro, em 2016, dos 24 atletas nascidos em outros países que representaram o Brasil, 19 começaram a praticar suas modalidades esportivas no país de nascimento e apenas cinco em território brasileiro. Três modalidades coletivas foram as principais responsáveis por esse aumento: hóquei sobre a grama, rúgbi e polo aquático masculino. A equipe de hóquei sobre a grama teve seis jogadores nascidos em outros países e nenhum deles começou a praticar o esporte no Brasil. No time de polo aquático masculino foram cinco competidores nessas condições. Já o rúgbi teve dois atletas na equipe masculina e uma na feminina. O gráfico abaixo detalha, historicamente, o número de migrantes internacionais por modalidade.

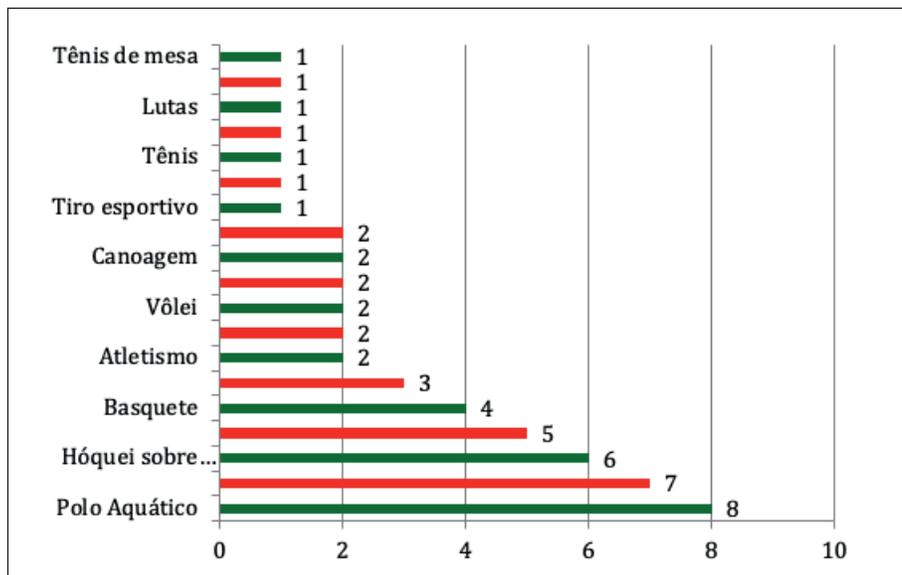


Gráfico 2 – Quantidade de atletas olímpicos nascidos em outros países que representaram o Brasil em Jogos Olímpicos, divididos por modalidade.

Outra situação constatada é que 15 desses atletas, antes de representar o Brasil, defenderam o país de nascimento em competições internacionais, ou tiveram passagens pela seleção do país de origem. Aladar Szabó, que na década de 1950 disputou competições pela Hungria, integrou o time brasileiro de polo aquático nos Jogos Olímpicos de 1964. Em 2016, havia dois atletas em situação semelhante: a esgrimista Nathalie Moellhausen, que esteve nos Jogos Olímpicos de 2012 pela Itália, e o jogador de polo aquático Slobodan Soro, que participou dos Jogos de 2008 e 2012 pela Sérvia.

Com relação aos países de nascimento dos atletas que representaram o Brasil, os Estados Unidos se destacam, com sete nomes, conforme demonstrado a seguir:

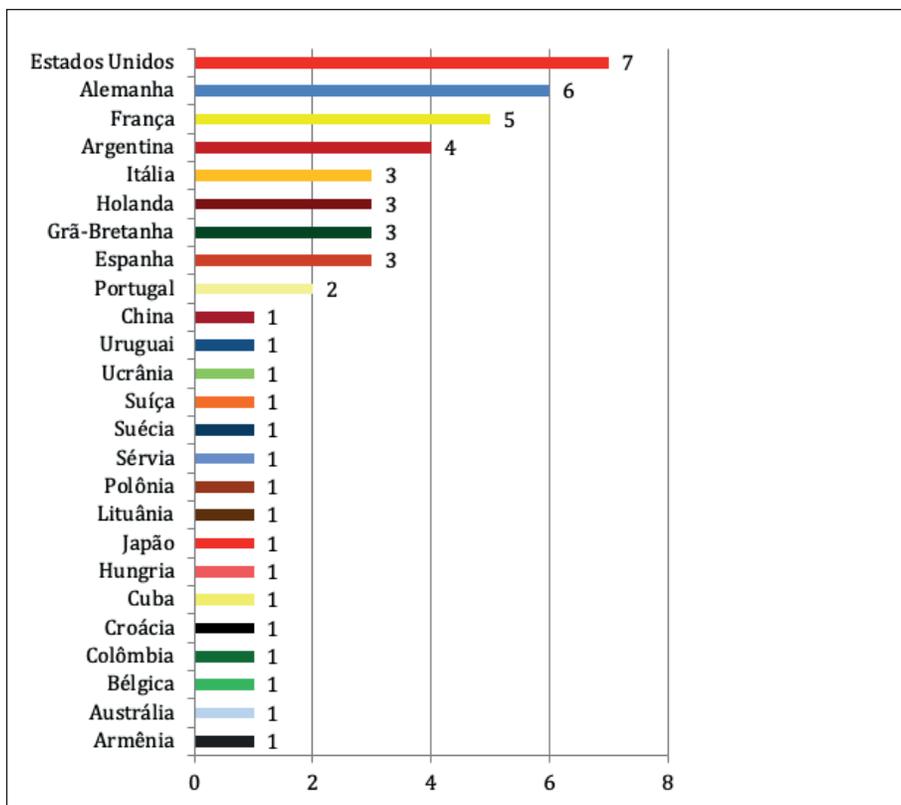


Gráfico 3 – Países de nascimento dos atletas nascidos no exterior que representaram o Brasil em Jogos Olímpicos.

A presença de atletas nascidos nos Estados Unidos cresceu nas edições mais recentes dos Jogos Olímpicos, em um movimento marcado por filhos de brasileiros que, após migrarem para a América do Norte, retornaram ao Brasil.

Conexões e singularidades

Com base nas narrativas dos atletas e estudos realizados sobre a migração esportiva, é possível constatar diferenças e conexões entre os processos migratórios. Um ponto histórico é o pioneirismo germânico. Os dois primeiros atletas nascidos em outros países e que representaram o Brasil em Jogos Olímpicos, Sebastião Wolf e Carlos Wobcken, nasceram na Alemanha, país que forneceu muitos migrantes para o Brasil ao longo dos séculos XIX e XX.

Outro fator também ligado à migração alemã, mas que também contou com pessoas vindas de outros países, é a existência de conflitos armados, principalmente a Segunda Guerra Mundial. O Brasil recebeu muitos migrantes vindos da Europa no período do conflito e vários deles tornaram-se atletas olímpicos. Francisco Todesco, remador nascido na Itália que esteve nos Jogos Olímpicos de 1960 e 1964; Victor Mirshawka, jogador de basquete oriundo da Ucrânia que esteve nos Jogos de 1964; Klaus Hendriksen, velejador nascido na Alemanha que foi aos Jogos em 1964; Radvilas Goraukas, atleta de basquete natural da Lituânia que foi aos Jogos de 1972; Burkhard Cordes, velejador nascido em território alemão que competiu pelo Brasil em 1968 e 1972; e o remador Edgard Gijsen, nascido na Bélgica, que representou o Brasil em 1968. Além deles, o processo migratório de Joaquim Roderbourg, que nasceu na Alemanha e competiu pelo Brasil nas edições de 1956 e 1964, também pode ter ligações com a Guerra, segundo afirmação da filha dele.

No período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, a Alemanha viveu uma grande diáspora. Oliveira (2013) destaca que o destino de vários desses imigrantes foi o Brasil, uma vez que a relação entre as nações era amistosa. De acordo com Frotscher (2010, s.p) “Dos países latino-americanos, o Brasil foi o que, entre 1919 e 1932, mais recebeu imigrantes alemães, cerca de 58.500 pessoas.”

Oficialmente, a entrada de migrantes da Alemanha no Brasil foi proibida entre 1942 e 1952. Antes disso, em 1939, a família de Burkhard Cordes deixou a Alemanha rumo ao Brasil. Burkhard recorda-se de uma série de dificuldades durante a infância e que em várias oportunidades o pai teve de ir à delegacia, prestar depoimento, simplesmente por ser alemão. A estratégia de repressão, porém, acabou ajudando a estreitar os laços entre alguns germânicos. “Entre o monte de amigo que meu pai fez aqui no Brasil, ele fez porque a polícia vinha e levava todo mundo. Ai depois soltava todo mundo junto, então, você vai conhecendo as pessoas” (Burkhard Cordes, 2016).

Apesar do clima de hostilidade a alguns imigrantes, após o fim da Guerra a entrada de europeus passou a ser incentivada pelo governo brasileiro. Salles, Paiva e Bastos (2013) esclarecem que no período entre 1947 e 1951 a maioria dos imigrantes que entraram no Brasil era formada por refugiados que estavam em campos de guerra na Alemanha e na Áustria. Eles vieram por meio de acordos entre o governo brasileiro e instituições como a International Refugee Organization (IRO) e a Hebrew International Assistance (HIAS). Por questões políticas, o termo adotado para se referir a eles foi diferenciado, fazendo-se a opção por um eufemismo: os “deslocados de guerra”.

No relato de Victor Mirshawka, ele descreve que foi exatamente nessa situação que a família veio para o Brasil após viver em um campo de confinamento na Alemanha, onde a família conseguiu documentos falsos – como se a origem dele fosse polonesa e não ucraniana, para evitar a deportação para a União Soviética. “Ficamos até a vinda para o Brasil em um abrigo dos aliados [lado francês] canadense. Chegamos, ficamos em

quarentena na Ilha das Flores. Depois mudamos para São Paulo” (Victor Mirshawka, 2017). A situação é semelhante à ocorrida com Radvilas Goraukas, como relembra o irmão, Mindaugas, sobre a migração da família para o Brasil, em 1947. A família Goraukas se estabeleceu em São Paulo, onde já havia alguns familiares – a migração lituana para a cidade remete ao início do século XX (Almeida; Rubio, 2017; Salles; Paiva; Bastos, 2013).

Laços familiares foram fundamentais no processo de imigração de Francisco Todesco, que veio da Itália para o Brasil em 1951. Na época, ele tinha 13 anos de idade, mudou-se com a mãe e a irmã, fixando-se no Rio Grande do Sul, onde já vivia um tio. Além de Todesco, outro atleta que se radicou em terras gaúchas no início da década de 1950 foi Edgard Gijzen, o Belga. “A Europa estava em reconstrução, estava destruída. Meu avô [pai de Edgard] recebeu uma proposta pra vir para o Brasil, porque já tinha vindo outros ‘patrícios’ como eles chamavam na época e ele achou interessante então de vir pra cá”, nos conta o sobrinho de Edgar (Guido Gijzen, 2016). A busca por um local de destino onde já existam familiares é um fenômeno comum nas migrações, pois a existência de uma rede de contatos ajuda na diminuição de custos, além de oferecer amparo e auxílio no processo de adaptação (Golgher, 2004).

Dentre as instituições que ajudam no processo de adaptação dos migrantes, é possível destacar os clubes esportivos. No Brasil, várias associações foram fundadas por imigrantes, e uma delas tem um papel especial no esporte olímpico do país: o Yacht Club Santo Amaro (YCSA), em São Paulo. Hall (2003) conceitua que o sujeito diaspórico busca pontos de conexão entre o local de destino e o de origem e, muitas vezes, o clube supre essa necessidade. Fundado na década de 1930 com o nome de *Deutscher Segel-Club*, a instituição precisou mudar de nome em 1938, após uma lei proibir a existência de clubes e associações estrangeiras no Brasil. Apesar da mudança, o quadro associativo continuou com um grande número de alemães e filhos de alemães.

Em 1948, o YCSA teve seu primeiro membro em uma edição de Jogos Olímpicos: Wolfgang Putz Richter. A partir dali, o clube firmou-se como um dos principais do Brasil na vela, enviando representantes a quase todas as edições olímpicas realizadas posteriormente, com exceção de 1984. Quatro dos atletas filiados ao YCSA que representaram o Brasil em Jogos Olímpicos não nasceram no país: Joaquim Roderbourg, Burkhard Cordes, Klaus Hendriksen e Lars Björkström. Os três primeiros, nascidos na Alemanha e o último oriundo da Suécia.

A Guerra Fria também contribuiu para a migração de algumas pessoas para o Brasil. Um desses sujeitos foi Aladar Szabó, jogador de polo aquático que nasceu na Hungria, chegou a participar de torneios pelo país natal, mas desertou por discordar do sistema político. Após um período exilado na Itália, Szabó recebeu um convite do brasileiro João Havelange – então dirigente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD). Na década de 1960, quando Szabó migrou para o Brasil, o paradigma dominante no esporte mundial era o amadorismo, mas ele era um atleta profissional. Para burlar o

sistema, ele recebeu um convite para atuar como técnico, mas a capacidade técnica e a forma física garantiram a ele a continuidade como atleta.

Historicamente, além de pessoas vindas da Europa, o Brasil também recebeu migrantes da Ásia, e essa migração pode ser vista no esporte de alto rendimento, com três atletas. Todos vindos de países conhecidos como de excelência na modalidade em que praticam: um judoca do Japão (Chiaki Ishii, 1972), uma mesatenista da China (Gui Lin, 2012 e 2016) e um lutador de *wrestling* da Armênia¹ (Eduard Soghomonyan, 2016). A origem de um atleta pode ajudar a conferir a ele um *status* diferenciado entre os seus pares. Ele carrega com suas origens o prestígio e a reputação do local de onde partiu. Todavia, em um ambiente competitivo, tais elementos não são suficientes por si só: é necessário que o atleta comprove que ele carrega não apenas o prestígio de seu lugar de origem, mas o domínio de técnicas e qualidades como competidor.

As quatro décadas que separam as participações de Ishii e os outros dois atletas são marcadas por uma profunda transformação nos Jogos Olímpicos, como a aceitação do profissionalismo, que mudou completamente a forma como a competição é gerenciada e as relações entre as confederações e os competidores. Outro ponto são as diferenças no sentido de migração com o passar dos anos: Ishii viajou da Ásia para o Brasil de navio, em um período no qual tanto o deslocamento quanto a forma de comunicação com o país natal eram muito mais lentas que os vividos por Gui e Eduard.

Chiaki Ishii foi o responsável por uma série de mudanças na rotina de treinos dos judocas brasileiros, teve papel relevante junto à confederação brasileira da modalidade, e sua medalha de bronze, conquistada em Munique 1972, serviu como referência. Por ser um formador de treinadores, Ishii indiretamente contribuiu para a formação de vários atletas que representaram o Brasil em outras competições (Nunes, 2011). Duas filhas dele também lutaram pelo Brasil em Jogos Olímpicos, Tânia Ishii (Barcelona 1992) e Vânia Ishii (Sydney 2000 e Atenas 2004).

Assim como Chiaki, Gui Lin chegou ao Brasil como praticante de tênis de mesa. Entretanto, há uma grande diferença na idade em que os dois atletas migraram: enquanto o judoca veio ao Brasil adulto, Gui chegou ao país com 12 anos de idade. O principal contato da jovem com o país não foi com outros imigrantes, mas com um técnico da modalidade, Maurício Kobayashi, que a conheceu no país natal e a convidou para atuar no Brasil. Quando migrou, Gui acumulava passagens pela seleção estadual, mas não tinha perspectivas de representar a seleção chinesa. Às vésperas de completar 18 anos, ela conseguiu o passaporte brasileiro. A presença de uma mesatenista de origem chinesa na delegação brasileira é parte de um movimento transnacional. De acordo com Maguire (2015), nos Jogos Olímpicos de Londres, em 2012, 13 dos 60 jogadores do torneio masculino de tênis de mesa eram nascidos na China. No torneio feminino,

¹ O território armênio está em uma região limítrofe entre a Europa e a Ásia, sendo que possui muitas ligações sociais e culturais com a Europa. Todavia, adotamos aqui o recorte territorial.

das 48 atletas, 23 eram originárias da China.

É inegável que o entendimento dessa diáspora passa por fatores econômicos: na China há um excedente de mão de obra especializada nesse esporte, e, assim, os mesatenistas acabam encontrando espaço em outros países para atuar como atletas profissionais. Além disso, Shachar (2011) conclui que há fatores sociais, culturais e até emocionais, como o sonho de alguns competidores em participar de uma edição olímpica, algo que poderia ser inviabilizado caso a decisão fosse a de permanecer na China, onde a concorrência por um lugar na seleção é maior que em outros países.

Todavia, no caso de Gui Lin, é válido salientar que essa migração ocorreu de maneira precoce e ela participou de competições locais e nacionais no Brasil antes de chegar ao nível olímpico. A própria atleta considera que seu estilo de jogo passou por mudanças, tornando-se mais próximo das brasileiras que das chinesas.

Com relação ao processo migratório de Eduard Soghomonyan, a comunidade armênia carrega características diaspóricas acentuadas principalmente após os primeiros anos do século XX. Devido ao grande contingente de armênios e descendentes espalhados em diversas regiões do mundo, foi criada uma competição esportiva, os Jogos Pan-Armênios, que ocorrem a cada quatro anos, reunindo descendentes da comunidade. Foi durante essa competição, em 2011, que Eduard teve o primeiro contato com um grupo de brasileiros – ele era o encarregado de guiar a delegação e ajudá-los durante os Jogos. O contato com os armênios radicados no Brasil rendeu ao lutador um convite para migrar ao país. Inicialmente, ele via na migração uma forma de se aproximar de um polo de MMA (Artes Marciais Mistas), mas foi convidado a participar de eventos de *wrestling* no país e, após quatro anos, conseguiu a sua naturalização. Após os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016, Eduard estava insatisfeito com o seu nível técnico e migrou para os Estados Unidos. Mesmo distante do Brasil, ele manteve contato com o país e em 2019 participou de seletivas, garantindo uma vaga para os Jogos Olímpicos de Tóquio como brasileiro.

Não há dúvidas que o fato de ter sediado os Jogos Olímpicos em 2016, no Rio de Janeiro, intensificou a entrada de migrantes internacionais na delegação brasileira, em um fenômeno semelhante ao estudado por Poulton e Maguire (2012), que analisaram os processos de naturalização na delegação britânica às vésperas dos Jogos Olímpicos de Londres. No caso brasileiro, é possível observar dois perfis distintos: um formado por atletas que tinham ligações ancestrais com o Brasil e outro por aqueles que tiveram o processo migratório ligado à carreira esportiva. Esse segundo grupo teve como expoentes dois atletas da seleção brasileira de polo aquático: Slobodan Soro, natural da Sérvia, e Josip Vrljic, vindo da Croácia. Ambos não tinham relações anteriores com o país, mas se naturalizaram após um convite da Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos (CDBA). “Eu estava me sentindo bem fisicamente e mentalmente para poder continuar jogando em alto nível, e também sentia que poderia ser uma coisa boa devolver algo ao mundo do polo aquático [...] Então, eu estava olhando para essas duas maneiras:

primeiro, é minha motivação pessoal, e segundo é essa oportunidade de fazer algo pelo polo aquático mundial” (Slobodan Soro, 2017). Devido à escolha, ambos precisaram atuar por equipes brasileiras por um ano e cumpriram um período de quarentena, sem participar de eventos internacionais. O processo de naturalização dos dois contou com um documento da Advocacia Geral da União (AGU), defendendo o direito deles se naturalizarem e cumprirem um período menor de residência no Brasil. O parecer diz que “[...] diante da importância dos eventos esportivos de grande monta, como é o caso dos Jogos Olímpicos, ousou dizer que *há efetivamente o desempenho de serviço relevante para a nação* [...]”.²

Outro fenômeno comum na delegação brasileira foi a presença de atletas casados com brasileiras. Há países que adotam o *jus matrimonii*, que é a concessão de nacionalidade por meio do matrimônio. O direito brasileiro não prevê essa possibilidade, mas o casamento com uma pessoa que tenha a nacionalidade ajuda a agilizar o processo, reduzindo o tempo de permanência mínimo no país para obtenção da cidadania. Um jogador de polo aquático (Ives Alonso) e três atletas do hóquei sobre a grama (Adam Imer, Chris McPherson e Joaquin Lopes) se encontravam nessa situação.

Todavia, apesar dos casos citados acima, o maior número de atletas que competiu pelo Brasil em 2016, com nascimento em território estrangeiro, foi formado por atletas que utilizaram fatores consanguíneos para obter a nacionalidade brasileira. Em determinadas situações, como a da velejadora Patrícia Freitas, das jogadoras de polo aquático Amanda e Tess Oliveira, ou da velocista Rosângela Santos, essa foi uma decisão absolutamente natural, pois, apesar de terem nascido em outro país, elas migraram de volta ao Brasil ainda crianças e construíram no país suas carreiras esportivas. Para outros atletas, o esporte foi uma ferramenta de reconexão com a pátria dos antepassados, conforme descreve Almeida (2019).

Foi o caso da esgrimista Nathalie Moellhausen, que já tinha uma carreira consolidada pela Itália, mas vivia um momento de indefinição, tendo cogitado inclusive a saída do esporte. O apelo da avó, que nasceu no Brasil, foi decisivo para que ela fizesse a transição na nacionalidade esportiva. Apesar da qualidade técnica, não foi um processo simples.

Demorou tempo pra eu realmente entender que eu não era mais italiana, mas era brasileira. Essa transição foi difícil sim, porque no momento você não é mais ninguém num país, e você não é ainda ninguém no outro, então isso é complicado. E você sabe que o único jeito de poder valorizar o teu trabalho é por meio do resultado. (Nathalie Moellhausen, 2016).

Outra esgrimista da delegação brasileira, Katherine Miller nasceu nos Estados

² AGU - Advocacia-Geral da União. Parecer n° 027/2014/CEP/Conjur-MJ/CGU/AGU, de 5 de janeiro de 2014. Obtido pelos autores via Lei de Acesso à Informação.

Unidos, filha de um brasileiro. Apesar de morar na América do Norte, Katherine manteve contato com os familiares no Brasil. Mas a relação com o país ficou mais forte quando ela decidiu passar uma temporada no país, para estudar, e acabou encontrando na esgrima um grupo que a acolheu.

Eu tenho essa conexão familiar com o Brasil, pelo meu pai, pelas histórias da minha avó, da comida que comemos, a comida brasileira sempre em ocasiões especiais. Mas é tudo diferente. A esgrima se tornou a maneira que eu posso ficar mais próxima do país. Eu mesma. E onde eu faço meus próprios amigos, tenho amigos. A esgrima me aproximou de pessoas, me deu uma comunidade no Brasil, minha própria comunidade. Me sinto muito orgulhosa de ser uma representante do Brasil, de representar o Brasil no mundo. Fazer isso é algo que me deixou orgulhosa. E isso realmente fortalece a conexão com o país. (Katherine Miller, 2019).

Essa aproximação entre pessoas e a nação pelo esporte também é notada nas falas de Juliano Fiori e Isadora Cerullo, atletas de *rugby*. No caso de ambos, a saída dos familiares está relacionada ao contexto da ditadura militar brasileira. Os pais de Isadora se radicaram nos Estados Unidos e o pai de Juliano Fiori na Inglaterra. Ao refletir sobre a importância da representação olímpica, Juliano considera que a presença dele na seleção nacional é emblemática.

Eu tenho falado com ele [com o pai] sobre isso. Sobre esse momento de estar num país que, de fato, é o país dele, que ele nasceu, mas, ao mesmo tempo, um país que ele se afastou não por vontade própria, com apenas 15 anos, ele não mora no Brasil desde 15 anos, mas mesmo assim ele tem essa ligação. Então, é tipo um círculo que fecha, uma coisa ele sai do país, mas o filho dele que volta pra representar o país. (Juliano Fiori, 2016).

No relato de Isadora, ela detalha que a mãe foi receosa com a escolha dela, por voltar ao Brasil, mas que a decisão ajudou em sua compreensão identitária.

Eu mesmo, pensando agora, não sabia muito bem o que eu estava esperando encontrar no Brasil. Era, sim, esse sonho olímpico e também essa oportunidade de me aproximar da família, mas também, tipo, a família que eu não conhecia bem. (Isadora Cerullo, 2016).

Montagna (2017) defende que a construção identitária ocorre no contato com outros indivíduos e que a mesma pode ser reconfigurada de acordo com a maneira que se age com aqueles que estão próximos, em uma linha de pensamento corroborada por Mendes (2002). Não apenas as semelhanças, mas também os acidentes e as distinções como formadores de identidade. No caso dos atletas analisados, é possível sinalizar o momento da migração dos familiares como um desses rompimentos com

o Brasil. Todavia, tal ruptura nunca é definitiva e deixa marcas nos sujeitos e em seus descendentes – no caso, os filhos e netos, que se tornaram atletas e depois acabaram por representar o Brasil em uma edição olímpica.

Retomando Houlihan (2010), existem identidades turvas, fundidas e ambíguas na atualidade, em virtude das facilidades de deslocamentos e comunicação. Santos (2002) aponta a existência de comunidades de sentimento, universos simbólicos transnacionais que são vivenciados pelos indivíduos que migram. Ou seja, mesmo morando em um local diferente daquele em que nasceram, carregam consigo alguns fatores que os ligam a seus locais de origem. No caso desses atletas, o que se nota é um “retorno” a um país no qual não nasceram, mas que faz parte de suas histórias de vida por conta de seus antepassados.

Para Hall (2006, p. 48) “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação”. Não é apenas o fator hereditário que “fez” estes competidores brasileiros, mas houve um processo de construção. Havia o desejo de se tornar olímpico, mas essa construção extrapolou o domínio esportivo. Hall ressalta a importância dos símbolos e representações para a construção de identidades. Com relação aos esportes, nada é mais representativo que uma participação olímpica. O autor descreve o processo de identificação como uma articulação, uma sutura. Não existiria uma identidade originária que acompanhe o indivíduo por toda sua vida – construída, a identificação carrega marcas do tempo e dos locais pelos quais o indivíduo convive.

Considerações

Por ser um fenômeno social, o esporte não está alheio ao contexto histórico. E os atletas são criadores e criaturas desse contexto. Por meio da análise das trajetórias pessoais de atletas olímpicos brasileiros é possível compreender melhor as distintas nuances da migração no Brasil e também como se dá o processo de construção de identificação entre eles e o país. Uma construção identitária é como um mosaico: fragmentada, com peças que nem sempre se encaixam perfeitamente, carregadas de individualidade, mas que podem ser lidas também como parte de um grande conjunto – a obra pronta. A identidade nacional não é uma amarra, mas uma construção que se assemelha a laços, que podem ser fluídos, e se modificarem de acordo com o momento em que são produzidos. A representação olímpica é algo que deixa uma marca muito grande. Ao ouvir as narrativas dos atletas, foi possível perceber a importância que o esporte, como fenômeno, teve na construção das identidades brasileiras desses sujeitos.

Em um mundo transnacional, o volume de migrantes é cada vez maior e, aqueles que têm habilidades técnicas especiais – caso de atletas que chegam ao nível

olímpico – são um tipo de mão de obra desejada, o que abre a eles as fronteiras e os possibilita o fluxo por diversas localidades. Outra característica dessa sociedade transnacional é a existência de sujeitos com identidades múltiplas, algo que podemos comprovar empiricamente ao analisar as biografias dos atletas aqui citados.

Ignorar os aspectos profissionais e comerciais do esporte atual, mais que utópico, é ingênuo. Para os treinadores, por exemplo, a questão da representação nacional não é um problema. Em várias equipes olímpicas é possível encontrar técnicos comandando equipes de países diferentes de sua nacionalidade civil. Aos atletas, no entanto, essa mobilidade ainda é considerada problemática. O profissionalismo permite que o esporte, mesmo com um caráter representativo, não crie necessariamente uma ligação identitária. É preciso compreender o fenômeno da migração esportiva além dos aspectos econômicos, observando o contexto social, histórico e até mesmo questões pessoais dos personagens envolvidos.

Mais que simplesmente enquadrar os indivíduos em diferentes categorias de migrantes, as narrativas mostram que cada sujeito é formado por uma série de individualidades, que o coloca em diversos locais simultaneamente. Ao longo de um século, o Brasil teve meia centena de atletas que escolheram ser brasileiros. O processo de pertencimento à nação foi construído de diferentes maneiras, de acordo com aspectos sociais, mas também íntimos.

Referências

ALMEIDA, William Douglas de. The Olympic representation as a rescue of a family identity. In: GEORGIADIS, Konstantinos (Ed.). *Olympic studies*. 25. ed. Athens: International Olympic Academy and the International Olympic Committee, 2019. p. 177–186.

ALMEIDA, William Douglas de; RUBIO, Katia. Mindaugas e Radvilas: dois brasileiros nascidos na Lituânia. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 31, n. 4, p. 869–876, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/148590/146083>. Acesso em: 4 ago. 2021.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. 8. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. São Paulo: Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BOSI, Ecléa. A pesquisa em memória social. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 277-284, 1993.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FARAH, Paulo Daniel. Combates à xenofobia, ao racismo e à intolerância. *Revista USP*, São Paulo, n. 114, p. 11-30, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/142365>. Acesso em: 4 ago. 2021.

FERRAROTTI, Franco. *Histoire et histoires de vie: la méthode biographique dans les sciences sociales*. Paris: Librairie des Meridiens, 1983.

FROTSCHER, Méri. "Por causa desta decepção me tornei brasileiro convicto": nacional-socialismo, memória e migração de alemães para o Brasil após a II Guerra Mundial. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 10., 2010, Recife. *Anais...* Recife: ABHO, 2010. Disponível em: http://www.encontro2014.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270045282_ARQUIVO_Artigorecife2.pdf. Acesso em: 4 ago. 2021.

GOLGHER, André Braz. *Fundamentos da migração*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004. (Texto Para Discussão, 231). Disponível em: <https://econpapers.repec.org/RePEc:cdp:texdis:td231>. Acesso em: 4 ago. 2021.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HALL, Stuart. *Da diáspora*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos culturais*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

HOULIHAN, Barrie. Sport and globalization. In: KAREN, David; WASHINGTON, Robert, E. (Ed.). *The sport and society reader*. Washington: Routledge, 2010. p. 292-305.

JANSEN, Joost. Nationality swapping in the Olympic Games 1978-2017: a supervised machine learning approach to analysing discourses of citizenship and nationhood. *International Review for the Sociology of Sport*, v. 54, n. 8, p. 971-988, 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1012690218773969>. Acesso em: 4 ago. 2021.

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. *Projeto História*, São Paulo, v. 22, jun. 2001.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MACALOON, John J. *This great symbol: Pierre de Coubertin and the origins of the modern Olympic Games*. London: Routledge, 2008.

MACALOON, John J. Olympic games and the theory of spectacle in modern societies. In: GIRGINOV, Vassil. (Ed.). *The Olympics : a critical reader*. London: Routledge, 2010. p. 80-107.

MAGUIRE, Joseph. Assessing the sociology of sport: on globalization and the diffusion of sport. *International Review for the Sociology of Sport*, v. 50, n. 4-5, p. 519-523, 2015. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1012690214547374>. Acesso em: 4 ago. 2021.

MENDES, José Manuel. O. *O desafio das identidades*. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 503-534.

MONTAGNA, Plínio. Alma migrante. *Revista USP*, São Paulo, n. 114, p. 109-118, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/revusp/article/view/142371>. Acesso em: 4 ago.

2021.

MÜLLER, Norbert. *Pierre de Coubertin (1863-1937)*. Olympism: selected writings. Lausanne: International Olympic Committee, 2000.

NUNES, Alexandre Velly. *A influência da imigração japonesa no desenvolvimento do judô brasileiro: uma genealogia dos atletas brasileiros medalhistas em Jogos Olímpicos e campeonatos mundiais*. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2011.

OLIVEIRA, Ione. Imigrantes e refugiados para o Brasil após a Segunda Guerra Mundial. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH, 27., Natal. *Anais...* Natal: ANPUH, 2013.

POIRIER, Jean; CLAPIER-VALLADON, Simone; RAYBAUT, Paul. *Histórias de vida: teoria e prática*. Oeiras: Celta, 1999.

POULTON, Emma; MAGUIRE, Joseph. 'Plastic' or 'Fantastic' Brits? Identity politics and english media representations of "Team GB" during London 2012. *JOMEC Journal*, v. 1, n. 2, p. 1–30, 2012.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. v. 1. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

ROWE, David. Sport and the repudiation of the global. *International Review for the Sociology of Sport*, v. 38, n. 3, p. 281–294, 2003. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/10126902030383002>. Acesso em: 4 ago. 2021.

ROWE, David. Media and sport: The Cultural Dynamics of Global Games. *Sociology Compass*, v. 3, n. 4, p. 543–558, 2009. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1751-9020.2009.00225.x>. Acesso em: 4 ago. 2021.

RUBIO, Katia. *Atletas olímpicos brasileiros*. São Paulo: Sesi-SP, 2015.

RUBIO, Katia. Memórias e narrativas biográficas de atletas olímpicos brasileiros. In: RUBIO, Katia. (Org.). *Preservação da memória: a responsabilidade social dos Jogos Olímpicos*. São Paulo: Képos, 2014. p. 105-122.

RUBIO, Katia. Memória, esquecimento e meta-história: entre Mnemosine e Lethe. In: RUBIO, Katia. (Org.). *Narrativas biográficas: da busca à construção de um método*. São Paulo: Laços, 2016. p. 39-56.

RUBIO, Katia. O esporte para além da competição. *Olimpianos - Journal of Olympic Studies*, v. 1, n. 2, 2017.

SÁ, Celso Pereira de. Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 20, n. 2, p. 290-295, 2007.

SALLES, Maria do Rosário Rolfsen; PAIVA, Odair C.; BASTOS, Sênia. Imigração e política migratória no Pós-Segunda Guerra Mundial: perfil das entradas e trajetórias. In: SALLES, Maria do Rosário Rolfsen et al. (Org.). *Imigrantes Internacionais no Pós-Segunda Guerra Mundial*. Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/Universidade Estadual de Campinas, Faculdade Anhembi Morumbi, Universidade Federal de São Paulo, 2013. p. 11–22. (Por Dentro do Estado de São Paulo, 11).

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p.

25-94.

SHACHAR, Ayelet. Picking winners: Olympic citizenship and the global race for talent. *Yale Law Journal*, v. 120, n. 8, p. 2088-2139, 2011.

Fontes Orais

CERULLO, Isadora [25 anos]. [dez. 2016]. Entrevistador: William Douglas de Almeida. São Paulo, SP, 15 dez. 2016.

CORDES, Burkhard [77 anos]. [jun. 2016]. Entrevistadores: William Douglas de Almeida e Katia Rubio. São Paulo, SP, 7 jun. 2016.

FIORI, Juliano [31 anos]. [out. 2016] Entrevistador: William Douglas de Almeida. Rio de Janeiro, RJ, 15 out. 2016.

GIJSEN, Guido [55 anos]. [maio 2016]. Entrevistador: William Douglas de Almeida. Porto Alegre, RS, 3 maio 2016.

MILLER, Katherine [25 anos]. [set. 2019]. Entrevistador: William Douglas de Almeida. São Paulo, SP, 13 set. 2019.

MIRSHAWKA, Victor [74 anos]. [maio 2017]. Entrevistador: William Douglas de Almeida. São Paulo, SP, 5 maio 2017.

MOELLHAUSEN, Nathalie [31 anos]. [dez. 2016]. Entrevistador: William Douglas de Almeida. São Paulo, SP, 5 dez. 2016.

SORO, Slobodan [39 anos]. [dez. 2017]. Entrevistador: William Douglas de Almeida. São Paulo, SP, 3 de dez. 2017.

Recebido em 07/03/2021.

Aprovado em 13/07/2021.

Contribuições dos autores: Almeida: realização e transcrição de entrevistas, pesquisa bibliográfica, produção textual; Rubio: realização de entrevistas, concepção do objeto de estudo, desenvolvimento de metodologia e produção do texto.

Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE): este artigo faz parte do projeto "Memórias olímpicas por atletas olímpicos brasileiros", aprovado na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) no processo 0052.0.342.000-09.

Fonte de financiamento: nada a declarar.

Conflitos de interesse: nada a declarar.